



A ASCENSÃO DA GEOGRAFIA CULTURAL NA AMÉRICA^(*)

■ ROBERT S. PLATT

O SIGNIFICADO DO TERMO "GEOGRAFIA CULTURAL" MUDOU MUITO NOS ÚLTIMOS 35 ANOS. ANTES DA 1ª GUERRA MUNDIAL A PALAVRA "CULTURA" POSSUÍA UM SIGNIFICADO MUITO ESPECÍFICO PARA OS GEÓGRAFOS AMERICANOS, POUCO IMPORTANTE E DEVERAS DIFERENTE DE COMO É COMPREENDIDA COMUMENTE HOJE. DESDE ENTÃO A TEMÁTICA DA GEOGRAFIA CULTURAL TEM SE DESENVOLVIDO E ASSUMIDO IMPORTÂNCIA NA AMÉRICA.

Antes de 1915 os geógrafos americanos estavam familiarizados com a palavra "cultura" como uma designação para os "trabalhos do homem" nos mapas topográficos do *United States Geological Survey*, em contraste com as formas da natureza, a terra e a água. Nesses mapas a "cultura" aparece impressa em negro – em comparação com a natureza, representada em marrom, nas curvas de nível que mostram o relevo, e em azul, nas formas hidrográficas.

Nessa classificação clara e objetiva de feições naturais e culturais não havia implicações contra ou a favor das relações de causa e efeito, do determinismo ambiental ou da gênese histórica. Entretanto, era mais fácil encontrar ou imaginar relações ambientais entre cultura e natureza, relações aparentemente simples e diretas entre as linhas negras das estradas e os contornos marrons dos vales, do que descobrir quaisquer sinais de antecedentes históricos. Da mesma forma, no período da interpretação ambiental, a cultura era entendida como os objetos construídos pelo homem em sua relação com a natureza, não necessariamente a partir de um passado ou de uma sequência histórica.

Na 1ª Guerra Mundial, os geógrafos que trabalhavam com mapas militares continuaram a distinguir feições naturais e culturais e a reuni-las em relações espaciais *de facto*.⁽¹⁾



ANTES DE 1915
OS GEÓGRAFOS
AMERICANOS
ESTAVAM
FAMILIARIZADOS
COM A PALAVRA
"CULTURA" COMO
UMA DESIGNAÇÃO
PARA OS
"TRABALHOS DO
HOMEM"

(*) "The Rise of Cultural Geography in America", traduzido por Adriana Dorfman (Msc.), foi publicado originalmente em *Proceedings Eighth General Assembly and Seventeenth International Congress*, International Geographical Union, Washington, D.C., agosto de 1952.

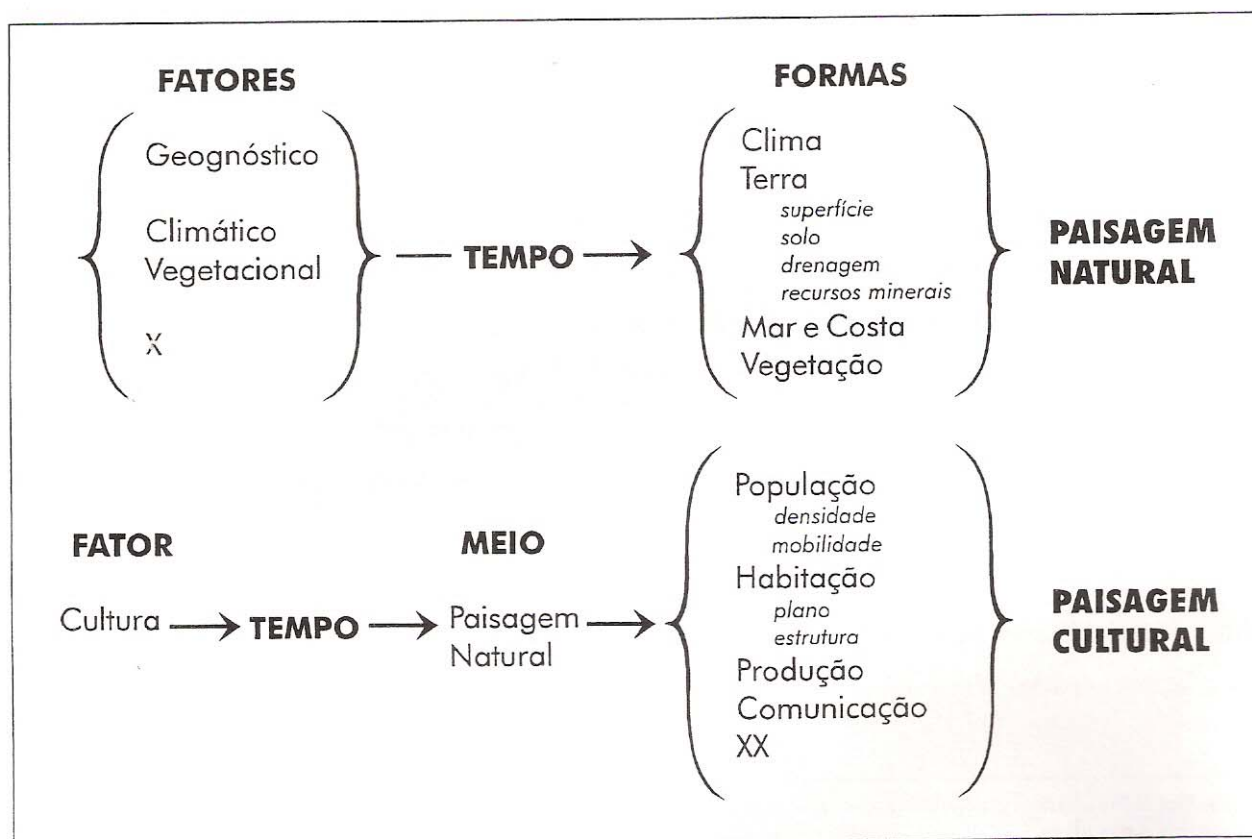
Enquanto isso, mesmo antes da guerra, uma revolta contra o determinismo ambiental havia começado, acompanhada por uma demanda por dados empíricos coletados sem o viés da teoria causal. Os líderes do movimento eram Wellington D. Jones e Carl O. Sauer, que tinham sido colegas enquanto estudantes de pós-graduação.

Logo após a guerra, o ambientalismo perdeu crédito em favor de estudos mais objetivos sobre o conteúdo das áreas. Inventários e análises regionais surgiram e se desenvolveram. O *Michigan Land Economic* foi organizado como um projeto pioneiro no planejamento do uso da terra, com a cooperação de geógrafos. A classificação dos itens a serem inventariados ou mapeados era pouco diferente daquela usada anteriormente: ao invés da distinção entre cultura e natureza, foram feitos ma-

pas separados sobre as obras do homem e das características naturais ⁽²⁾.

Num inventário regional como esse havia um repúdio explícito à teoria de causa e efeito, ambiental ou não. Mas as relações espaciais mais evidentes permaneciam; a cultura era vista em relação à natureza e ainda não havia sido introduzido o fator tempo, no qual a cultura fosse traçada numa seqüência histórica.

A expressão definitiva da teoria do inventário e análise regional foi a monografia de Carl Sauer (5) distinguindo a paisagem natural e a paisagem cultural como fenômenos sucessivos, mas analisando-os e relacionando-os no espaço como correntemente observados, não dando atenção especial à integridade histórica da cultura na seqüência do tempo. Uma ilustração diagramática era fornecida através de um par de fórmulas (5, pp. 44-46), como segue:



Nesse esquema aparece a palavra "tempo" e a disposição indica uma seqüência. Mas a forma de expressá-la é através de uma fórmula como na ciência física, onde certos fatores produzem um dado efeito, sujeito a repetição.

No estudo da paisagem e do uso da terra, outro passo dado nos anos vinte trouxe uma pequena mas significativa mudança no sistema de mapeamento: substituiu-se um mapa de cultura e natureza juntos por dois ou mais mapas separados relativos às obras do homem e à configuração do terreno. Nesse mapa consolidado cada área delimitada representava uma associação uniforme de uso da terra e de suas características designados, segundo o tipo, por um número-chave. Por exemplo, o número 1 indicava planícies cultivadas, o número 2 representava planaltos cultivados, o número 5 codificava pastagens em áreas íngremes etc. (2). Em mapas posteriores, feitos da mesma forma, os números inteiros foram substituídos por símbolos em forma de frações, onde o numerador representava a cobertura e o denominador a terra em si.

Assim como o método anterior de mapeamento do uso da terra, esse também pretendia ser um registro objetivo, empírico, sem o viés ambiental. Mas a ênfase no mapeamento de campo de pequenas unidades de área, supostamente uniformes em aspectos culturais e naturais, parecia sugerir relações ambientais ainda mais diretas, simples e localmente isoladas que aquelas do modelo de estudo anterior. Assim,

LOGO APÓS A GUERRA,
O AMBIENTALISMO
PERDEU CRÉDITO EM
FAVOR DE ESTUDOS
MAIS OBJETIVOS SOBRE
O CONTEÚDO DAS
ÁREAS.

a idéia de um padrão de mosaico de pequenas áreas uniformes não permitiu o avanço na compreensão da geografia cultural, não importando quão útil tenha sido essa idéia no desenvolvimento de uma técnica de campo melhor.

Esse e outros tipos de mapas, que apareceram antes de 1925, continuaram a se desenvolver e ainda são importantes em um sem-número de estudos geográficos, especialmente no planejamento regional e na geografia aplicada. Inventários regionais, como o *Michigan Land Economic Survey*, tem sido amplamente utilizados⁽³⁾. Na geografia urbana, o uso de métodos de mapeamento semelhantes tem sido ainda mais difundido⁽⁴⁾.

O método de código fracionado, combinando o uso e as características da terra em um só mapa, continuou em uso e foi aperfeiçoado para maior utilidade. De forma mais generalizada, foi aplicado em levantamentos para a *Tennessee Valley Authority*, particularmente em conjunto com fotografias aéreas⁽⁵⁾. Mais recentemente a *Land Use Survey of Puerto Rico* usou o mesmo sistema, combinando o uso e as características da terra num único símbolo⁽¹⁾.

Certamente, ao longo de todas essas décadas, desde antes da 1ª Guerra Mundial, mapas e estudos de regiões geográficas se generalizaram amplamente, combinando idéias do uso e das características da terra⁽⁶⁾.

Até aqui falou-se sobre modos de estudo que se originaram antes de 1925. Todos eles foram valiosos para classificação, pesquisa e

generalização de áreas, e ainda formam parte indispensável do equipamento disponível para o estudo geográfico. Mas tal equipamento não estava completo em 1925 segundo os padrões atuais de estudo da geografia. Novas idéias e instrumentos precisavam surgir a partir de desenvolvimentos em direções diferentes.

Logo depois de 1925, para suprir essa necessidade, o avanço se deu ao longo de, pelo menos, duas linhas de estudo. Uma linha partia de estudos de unidades de área quase-homogêneas, claramente definidas num mosaico estático de espaços, para o estudo de áreas de organização, unidades nodais, expressando a ocupação humana em seus sítios, um padrão funcional de pontos focais, linhas e limites de movimento, mostrando fenômenos ainda mais localizados que no mosaico de pequenas unidades de área, mas não isolados de relações espaciais mais extensas.

As raízes desse desenvolvimento antes de 1925 encontram-se na geografia comercial, em estudos como o dos portos. Depois de 1925 idéias semelhantes foram aplicadas aos estudos de ocupação da terra. Esses tratavam, na maioria dos casos, de uma cidade e seus distritos, ou de um estabelecimento e sua área de abrangência, como, por exemplo, um engenho de cana e suas plantações ou um aeroporto e suas conexões⁽⁷⁾. Trabalhos desse

COMO PODE O
ESTUDANTE DE PADRÕES
FUNCIONAIS ENTENDER
SEUS DADOS SEM
REFERÊNCIA A SUA ORIGEM
CULTURAL; E COMO PODE
O ESTUDANTE DA ORIGEM
CULTURAL ENTENDER
PLENAMENTE SEUS DADOS
SEM CONSIDERAR OS
PADRÕES FUNCIONAIS DA
AÇÃO HUMANA A QUE
PERTENCEM?

tipo foram iniciados sob a liderança de C. C. Colby. Desenvolvimentos recentes encontram-se bem ilustrados no trabalho de E. L. Ullman⁽⁸⁾.

A segunda linha de pensamento geográfico, depois de 1925, levava diretamente ao trabalho em antropologia feito muito tempo antes por Alfred L. Kroeber, da Universidade da Califórnia. Um prefácio escrito em 1923 para um livro iniciado em 1906, continha a seguinte afirmativa:

"Não é uma história no sentido usual de registrar eventos (...) O

livro é uma história que tenta reconstruir (...) o esquema (...) em que essas pessoas (...) viviam. (...) Não havendo documentos escritos, o elemento tempo entra (...) menos do que em trabalhos que se costuma designar como históricos. Ao invés do tempo, o fator geográfico surge como relevante. Não que essa dimensão seja necessariamente mais importante na vida selvagem que aquela da cronologia, mas é cem vezes mais rapidamente operacionalizável (...)."

(3, p. V)

Com o termo "fator geográfico" o autor se referia, evidentemente, à dimensão espacial e não à influência ambiental. O trabalho apresentava o conceito de cultura como um fenômeno originado, difundido e desenvolvido no tempo e no espaço, compreensível no tempo mas traçável no espaço, e compreensivelmente localizado no espaço.

Esse conceito chegou à geografia vindo da antropologia, especialmente através do contato de Carl Sauer com o Professor Kroeber. Num estudo de Sauer e Brand sobre "Pueblo Sites in Southeastern Arizona", publicado em 1930, a partir de trabalho de campo realizado em 1928 e 1929, as conclusões se basearam na coleta e identificação de fragmentos de cerâmica, "com o benefício dos conselhos do Professor Kroeber", de acordo com os autores (6, p. 418). O trabalho incluía mapas cuja concepção era mais semelhante aos trabalhos anteriores de Kroeber⁽⁹⁾ que aquela de Sauer.

Desse modo, logo depois da publicação de "Morphology of Landscape" de Sauer, e enquanto os outros geógrafos continuavam com o estudo analítico da paisagem em todos os outros lugares, iniciou-se um trabalho com outra perspectiva, abordando a origem e difusão da cultura de maneira mais intimamente ligada à história cultural. Essa linha de estudo perdurou, dando origem a muitas publicações de excelência acadêmica e grande valor para a geografia⁽¹⁰⁾.

Assim, nos anos que se seguiram a 1925 surgiram ao menos duas escolas de pensamento na geografia: primeiro, na Califórnia, a atenção centrou-se nos trabalhos do homem como um fenômeno do desen-

volvimento cultural – nos prédios e nas culturas agrícolas, de acordo com sua origem e difusão traçados historicamente; segundo, no Meio Oeste a atenção se dirigiu aos trabalhos do homem enquanto fenômenos da atividade humana aplicada diretamente a problemas funcionais no ambiente local – distinguindo tipos de prédios e de cultivo, de acordo com sua utilidade e inserção no ambiente.

Ambas as linhas de abordagem parecem oferecer chaves úteis para aspectos do conhecimento, apesar de atingirem resultados menos abrangentes quando usadas separadamente do que quando combinadas. Como pode o estudante de padrões funcionais entender seus dados sem referência a sua origem cultural; e como pode o estudante da origem

ENQUANTO OS OUTROS
GEÓGRAFOS
CONTINUAVAM COM O
ESTUDO ANALÍTICO DA
PAISAGEM EM TODOS OS
OUTROS LUGARES,
INICIOU-SE UM
TRABALHO COM OUTRA
PERSPECTIVA,
ABORDANDO A ORIGEM E
DIFUSÃO DA CULTURA DE
MANEIRA MAIS
INTIMAMENTE LIGADA À
HISTÓRIA CULTURAL

cultural entender plenamente seus dados sem considerar os padrões funcionais da ação humana a que pertencem?

Gradualmente os geógrafos interpretando a ocupação em termos da função deram-se conta de que a atividade humana, respondendo às necessidades da vida em um ambiente local, não é uma resposta direta àquele ambiente local, mas uma resposta condicionada, dependendo do equipamento disponível e das idéias já conhecidas, herdadas dos predecessores naquele ou noutro lugar.

Especialmente aqueles geógrafos que estudavam a ocupação humana em regiões de culturas exóticas foram subitamente confrontados com evidências conspícuas de laços culturais históricos, mais do que de laços naturais de respostas diretas às necessidades locais. Mais tarde, se tornou evidente que mesmo os geógrafos estudando regiões familiares, como sua terra natal, são confrontados com fenômenos de heranças culturais específicas e não com respostas diretas às necessidades locais.

Mesmo a paisagem urbana e os estabelecimentos rurais considerados desde a infância como objetos normais da vida cotidiana, são fenômenos com laços culturais históricos, compreensíveis em termos de sua origem e difusão cultural – um fato a ser reconhecido no Meio Oeste Americano, da mesma forma que em casos mais óbvios como nas áreas tradicionais de exóticas tribos ou no interior da Europa marcado por testemunhos da ocupação medieval.

Ao mesmo tempo, os geógrafos da outra linha de abordagem, estudando os trabalhos do homem a partir do ponto de vista da história cultural, descobrem que estão tratando não apenas com formas delimitáveis, mas com um empreendimento ativo de pessoas que vivem e se instalam num habitat terrestre, apelando para sua herança cultural para criar e desenvolver uma organização

expressa através de um padrão funcional coerente.

A síntese de ambas as linhas de abordagem não está completa, mas sua necessidade é reconhecida e a tendência é clara. Todas as culturas se desenvolveram e continuam a crescer dentro de um padrão funcional da ação humana ativa. E toda ação humana funciona por meio da cultura. Uma compreensão ampla envolve ambos os aspectos. Os geógrafos que ora assumem uma investigação em dada área normalmente buscam respostas a ambos os tipos de questão: (1) qual é o padrão funcional da ação humana conduzida nesse ambiente?; e (2) qual é a origem cultural dessa forma de vida?

Essas questões implicam em mudanças de mentalidade radicais desde a 1ª Guerra Mundial. Trata-se não somente de um afastamento do ambientalismo mas também de um distanciamento do conceito de uniformidade estática, indo em direção àquele da organização funcional. Deixa-se também o conceito de cultura como os trabalhos do homem em mapas topográficos, pas-

sando-se a ver a cultura no seu sentido mais específico, como a herança social dos objetos e idéias produzidos, modificados e seletivamente passados adiante ao longo da ação humana.

Essas questões não implicam uma dicotomia permanente entre os dois tipos de abordagem, entre a organização funcional e a origem cultural. Ao contrário, elas se

A GEOGRAFIA CULTURAL
ASSUME SEU LUGAR NA
AMÉRICA, COMO NA
EUROPA, NÃO COMO UM
TEMA VAGO OU SEPARADO,
MAS COMO UMA PARTE
INTEGRANTE E BEM-
CONCEBIDA DE TODA A
GEOGRAFIA HUMANA

direcionam à compreensão de um único fenômeno: a ocupação humana do ambiente terrestre, conduzido por pessoas que se basearam em sua herança de equipamentos do passado para instalarem-se contemporaneamente no lugar em que vivem, num padrão cultural-funcional no espaço e no tempo, numa entidade dinâmica coerente dentro de uma estrutura espaço-temporal multidimensional.

Estudos levando em conta ambos os aspectos da ação humana têm sido cada vez mais facilmente feitos. Por exemplo, uma "plantation" tropical é vista como um estabelecimento ativo da economia mecanizada moderna e como a incorporação cultural de formas e práticas herdadas do passado, todos ocupando um espaço definido no mundo. De forma semelhante, um novo assentamento na fronteira é visto como um empreendimento ativo de um grupo de pessoas forjando um lar através do recurso a práticas de vida herdadas de experiências passadas em outros lugares, adaptadas de alguma forma ao novo lugar⁽¹¹⁾. O objetivo é progredir na compreensão do padrão mundial de ocupação, produzido por pessoas com experiências diferentes trabalhando juntas com equipamento herdado.

Assim a geografia cultural assume seu lugar na América, como na Europa, não como um tema vago ou separado, mas como uma parte integrante e bem-concebida de toda a geografia humana, não contribuindo apenas com a adição do elemento tempo numa seqüência de ocupação, mas com a dimensão do processo cultural num padrão dinâmico da ação humana na terra.

NOTAS

- (1) Exemplo: o mapa de Fort Leavenworth, Kansas, usado para treinamento topográfico na 1ª Guerra Mundial, em SHERILL, C.O., *Military Topography for The Mobile Forces*, ed. 4, 353pp., ilus., Menasha, Wisconsin, 1912.
- (2) Exemplo: Michigan Land Economic Survey: Antrim County, 1923. Um mapa de cobertura, com o que está sobre a terra, principalmente feições culturais, e outro mapa da terra em si, do solo e da configuração do terreno, de aspectos naturais.
- (3) Exemplo: Wisconsin Land Economic Inventory: Villas County, 1931.
- (4) Exemplo: Philadelphia City Planning Commission: Land Use in Philadelphia Metropolitan District, 1944. Philadelphia, 1949.
- (5) Exemplo: Tennessee Valley Authority: Rural Land Classification, Harriman Quadrangle, 1936.
- (6) Exemplos: DRYER, C.R. *High School Geography; Physical, Economic and Regional*, fig. 307, New York, 1911; WHITE, C., LANGDON & FOSCUE, Edwin J., *Regional Geography of Anglo-America*, fig. 12, Prentice-Hall, New York, 1943.
- (7) Exemplos: PLATT, Robert S. *Geography of a Sugar District: Mariel, Cuba*. *Geog. Rev.* 19:603-612, ilus., 1929; e *Problems of our Time*. *Assoc. Amer. Geog. Ann.* 36:1-43, ilus., 1946.
- (8) Exemplo: ULLMAN, E.L. *Mobile: Industrial Seaport and Trade Center*. 167 pp. ilus. University of Chicago, 1943 (tese de Ph.D.).
- (9) Exemplo: A.L. KROEBER (3, fig.70) "Cremation and Earth Burial in California" mostrava a difusão do costume do enterro naquela área a partir do centro cultural mais a noroeste e a irradiação da cremação na área vinda do sul.
- (10) Exemplo: KNIFFEN, F.B. *The Diffusion of the Covered Bridge in America*. *Geog. Rev.* 41:[114]-123, ilus., 1951. O mapa na p.119 indica um centro cultural na costa atlântica e a difusão das pontes cobertas em direção ao interior nas décadas que se seguem.
- (11) Exemplos: PLATT, Robert S. *Reconnaissance in British Guiana, with Comments on Microgeography*. *Assoc. Amer. Geog. Ann.* 29:105-126, ilus., 1939; e *Reconnaissance in Dynamic Regional Geography: Tierra del Fuego*. *Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Rev. Geog.* 5[3]:22, ilus., 1949.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- JONES, C. F. *The Rural Land Classification Program of Puerto Rico*, Northwestern Univ. Dept. Geog., *Studies in Geography*, n° 1, pp.[1]-77, ilus. Evanston, Illinois, 1952.
- JONES, Wellington D. & FINCH, V. C., *Detailed Field Mapping in the Study of the Economic Geography of an Agricultural Area*. *Assoc. Amer. Geog. Ann.* 15: 148-157, ilus. 1925.
- KROEBER, A. L. *Handbook of the Indians of California*. Smithsonian Inst., *Bur. Amer. Ethnol. Bul.* 78, 995 pp. ilus. 1925.
- PLATT, Robert S. *Field Study of Republic. Michigan: a Community in the Marquette Iron Range*. *Scot. Geog. Mag.* 44: [193]-204, ilus. 1928.
- SAUER, Carl O. *The Morphology of Landscape*. *Calif. Univ. Pubs. in Geog.* 2:[19]-53. 1925
- SAUER, Carl O. & BRAND, Donald. *Pueblo Sites in Southeastern Arizona*. *Calif. Univ. Pubs. in Geog.* 3: [415]-458, ilus. 1931.